

ANÁLISE DO PROCESSO SELETIVO 2011 DO INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – CAMPUS ALEGRE

Flávia Pirovani Arial Bernardo¹, Debora Ferreira Melo²

¹Ateneu Instituto de Educação e Pesquisa/ Rua Professor Annor Silva, 106. Coqueiral de Itaparica. Vila Velha. Espírito Santo. Cep 29100-160. e-mail: flaviapab@gmail.com ; debmelo@gmail.com

Resumo- A concorrência do vestibular para as universidades públicas faz com que os alunos busquem um ensino médio de qualidade. Associar o ensino médio a formação técnica integrada torna-se uma opção para inserção no mercado de trabalho antes da obter a graduação em uma universidade. Esse artigo realizou a análise os alunos que ingressaram no ensino médio integrado aos cursos técnicos de Agroindústria e Agropecuária no Instituto Federal do Espírito Santo – campus Alegre, através de informações sobre a sua origem escolar, moradia, sexo e etnia. Os dados obtidos permitiram uma discussão a respeito do perfil dessas turmas baseada na pesquisa bibliográfica de diferentes autores.

Palavras-chave: Instituto Federal do Espírito Santo, processo seletivo, origem escolar, ensino médio

Área do Conhecimento: Educação

Introdução

O ensino médio no Brasil tem sido valorizado devido à grande concorrência que os alunos enfrentam no vestibular para as universidades públicas. Um aluno com uma base boa do ensino fundamental e preparado durante todo o ensino médio está apto a disputar e conquistar uma vaga no ensino superior.

Além deste preparo para universidade, algumas famílias optam por matricular seus filhos no ensino médio técnico profissionalizante que forma mão-de-obra especializada em diversas áreas.

Historicamente as primeiras escolas surgiram no século VI aC. visando atender a demanda por educação. Mesmo com a ampliação da oferta escolar a “[...] educação ainda permanecia elitizada, atendendo principalmente os jovens de famílias tradicionais da antiga nobreza ou pertencentes a famílias de comerciantes enriquecidos.” (ARANHA, 2006, p.112). E assim se manteve por muito tempo.

O Estado Brasileiro nunca quis ou pôde controlar o avanço da escolarização de massa ao longo do século XX. O ensino particular constituiu-se progressivamente a única opção para os filhos da elite social. Mesmo com vários discursos e legislações que apóiam a rede pública, esta apresenta numerosas fraquezas qualitativas e quantitativas.

Este contexto de diferenças entre ensino público e privado pode ser observado em alguns processos seletivos de ingresso em instituições de ensino público no Brasil. Uma dessas instituições é o Instituto Federal de Educação,

Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES) localizado em Alegre. Os alunos que disputam as vagas no processo seletivo do IFES têm origem escolar diferentes podendo influenciar na classificação no concurso. É importante conhecer o perfil dos alunos que ingressam no IFES, para que desta forma a equipe pedagógica direcione suas práticas. Conhecer o corpo discente torna-se imprescindível para que as aulas se tornem atrativas, dinâmicas e efetivas no seu conteúdo. Além disso, pode-se indiretamente avaliar a qualidade do ensino fundamental nas escolas públicas da região onde se localiza o IFES através do percentual de alunos aprovados no processo seletivo.

Desta forma, o objetivo deste estudo será demonstrar quantitativamente o percentual de alunos que pertencem à rede pública e privada de ensino e qual a influência da classe social dos alunos na escolha do curso técnico integrado ao ensino médio a ser feito.

Metodologia

O presente trabalho consistiu em um estudo exploratório, onde os dados para estudo foram obtidos no Instituto Federal do Espírito Santo campus Alegre. As informações foram disponibilizadas pela secretaria Escolar do Instituto através das pastas individuais de cada aluno do primeiro ano dos cursos profissionalizantes integrados ao ensino médio, visando caracterizar os seguintes itens sobre o alunos: I – Escola em que cursou o ensino fundamental (Pública ou Privada) II – Local de moradia III – Sexo IV - Cor declarada. A

tabulação dos dados foi feita no programa Excel® e calculadas as porcentagens destas informações para maior entendimento e discussão dos mesmos.

Resultados:

Para esse estudo foi utilizada uma pesquisa na Secretaria do Ensino Médio do IFES-Alegre através da coleta de dados a partir das pastas individuais de cada aluno do primeiro ano dos cursos profissionalizantes integrados ao ensino médio. Foram coletadas informações de 150 alunos, sendo 35 alunos do curso de Agroindústria e 114 alunos do curso de Agropecuária.

No curso de Agroindústria 62,9% dos alunos cursaram o ensino fundamental em escola da rede pública e 37,1% em escola da rede privada. Em relação ao sexo, 51,4% são do sexo masculino e 48,6% do feminino. A declaração da etnia, realizada pelos próprios alunos no ato da matrícula, apresenta as opções de cor: branca, parda, indígena e preta. No curso de agroindústria 77,1% dos alunos se declararam como brancos, 20,0% pardos e 2,9% indígena

A moradia de 85,7% dos alunos está situada na zona urbana e 14,3% na zona rural. Esses alunos vieram de diferentes municípios, sendo o principal município de origem Alegre-ES com 15 alunos, correspondente a 42,86%.

Já no curso de Agropecuária 76,3 % dos alunos estudaram anteriormente em escola da rede pública e 23,7% em escola da rede privada . Em relação ao sexo 62,3% são do sexo masculino e 37,7% do sexo feminino. Já em relação a cor declarada no momento da matrícula 82,6 % se declararam da cor branca, 15,8% parda e 2,6% da cor preta. A moradia de 87,8% dos alunos está situada na zona urbana e 12,2% na zona rural, sendo que o principal município de origem dos alunos também de Alegre, porém neste caso são 54 alunos que correspondem a 47,7% dos alunos.

Discussão:

O IFES campus Alegre está situado na Rodovia 482 (Cachoeiro – Alegre), Km 47, distrito de Rive, município de Alegre, Espírito Santo. O campus Alegre é uma fazenda com 327,4 hectares com uma área privilegiada para interação do aluno com a natureza.

O Instituto oferece cursos profissionalizantes, superior e de pós-graduação.

Os cursos técnicos profissionalizantes integrados ao Ensino Médio são ministrados em horário integral com duração de 3 anos. Durante um turno (manhã ou tarde) os alunos estudam as

disciplinas do ensino médio e no outro as disciplinas específicas do curso profissionalizante escolhido. Esses cursos são: Técnico em Agroindústria e Técnico em Agropecuária. O curso de Técnico em Agroindústria oferece 40 vagas e Técnico em Agropecuária 110 vagas em cada processo seletivo.

O curso técnico profissionalizante em Informática é pós-médio, ou seja, o aluno irá cursar depois da conclusão do Ensino Médio. A duração é de dois anos, sendo o primeiro ano cursado no turno vespertino e o segundo no turno matutino. São oferecidas anualmente 38 vagas.

O IFES também possui cursos superiores: Licenciatura em Ciências Biológicas com duração de 4 anos; Tecnologia em Aquicultura, Tecnologia em Cafeicultura e Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas com duração de 3 anos. Em todos os cursos superiores são oferecidas anualmente 40 vagas. Os cursos de Tecnologia em Aquicultura e Cafeicultura são no turno matutino. A Licenciatura em Ciências Biológicas e Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas são noturnos.

A pós-graduação *Latu Sensu* é em Agroecologia podendo ser cursada pelos alunos formados nas áreas de Ciências Agrárias, Ciências Ambientais, Ciências Biológicas, Ciências Exatas e da Terra (Químicos), Engenharia e Tecnólogos (cafeicultura, aquicultura e áreas afins).

Os Institutos Federais do Espírito Santo são então instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas.

O processo seletivo para os cursos profissionalizantes é constituído de provas objetivas de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências da Natureza (Física, Química e Biologia) e Ciências Humanas (História e Geografia) totalizando 50 questões.

A Lei Federal nº9394/96, a Lei Darcy Ribeiro de Diretrizes e Bases da Educação Nacional apresenta Educação Profissional como condutora do cidadão “ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva” intimamente “integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia” (BRASIL, 1996). Esse perfil da educação profissionalizante “... supera um dilema antigo, que sempre rondou os cursos técnicos no Brasil: a Escola Técnica era, essencialmente, uma opção para os pobres, para aqueles que necessitavam ingressar precocemente na força de trabalho e não podiam aguardar uma formação profissional mais ampla e demorada em um curso superior, de graduação”

(CORDÃO, 2001). Atualmente o perfil de quem escolhe um curso técnico profissionalizante, principalmente integrado ao ensino médio não é mais esse. Cordão (2001) faz exatamente esse questionamento: “Quem procura uma escola técnica, procura o quê? Procura conhecimentos, habilidades e valores que o conduzam à competência profissional para um exercício profissional competente. E é isso que a escola deve garantir e é exatamente isso o que mudou radicalmente na reforma da educação profissional no Brasil.” Os alunos que chegam ao IFES – campus Alegre, de acordo com o estudo deste artigo, não vêm somente de escolas públicas o que poderia ser usado como um indicador de nível socioeconômico. Não ocorre somente a procura por qualificação de mão-de-obra, e sim, a busca por ensino de qualidade para um bom exercício profissional

A maioria dos alunos é proveniente de escolas públicas nos dois cursos técnicos (Agroindústria e Agropecuária), o que indica sucesso de aprovação em um processo seletivo por alunos que não cursaram a rede privada durante o ensino fundamental. “São discutíveis, no entanto, certas formulações que se aproximam do conhecimento senso comum, para o qual se lhe escapa o fato de que a correlação é uma associação, positiva ou negativa, entre grandezas, importante para certos fins, mas que não permite a configuração do todo nessas grandezas. Em outras palavras, nem é verdadeiro que todos os alunos de origem social alta têm que ser bem-sucedidos nem, de igual forma, que os de origem social mais modesta têm que ser malsucedidos em termos escolares” (D’ÁVILA, 1998, p.8).

Mesmo com a maioria proveniente de escola pública, percebe-se um percentual maior desses alunos na escolha do curso de Agropecuária em comparação com o curso de Agroindústria (76,30% em relação a 62,90%). No cenário nacional, de acordo com Censo Escolar 2010, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o curso técnico de Agropecuária das Escolas Federais ocupa o primeiro lugar com o maior número de matrículas: 99.486 alunos, o que representa 60,2% de todos os alunos da rede federal profissionalizante (INEP, 2011)

D’Ávila (1998, p.7) realizou uma pesquisa na Escola Técnica Federal do Espírito Santo (ETFES), em Vitória – ES, na busca de estratégias de investimento educacional pelos familiares dos alunos da instituição, cita que nesta instituição cujo exame de “...cujo exame de entrada é altamente seletivo, a presença de alunos provenientes de famílias cuja renda familiar mensal não ultrapassa os sete salários

mínimos é notável”. A utilização do intervalo de 0 a 6 salários mínimos como renda mensal não foi ao acaso, pois o autor observou que o Relatório do Banco Mundial sobre as Escolas Técnicas Federais considera como de elite alunos cuja renda mensal é superior a faixa dos 6 e 7 salários mínimos. O autor ainda relata que nas Escolas Técnicas Federais do Espírito Santo, do ano de 1989 a 1993, 42% dos alunos do turno diurno, eram procedentes de escolas públicas ou subsidiadas. (D’ÁVILA, 1998).

A Pesquisa Nacional de Egressos dos Cursos Técnicos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (2003-2007) realizada pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério de Educação e Cultura e coordenada por Feres e Patrão (p.31), no que se refere à origem escolar dos alunos, 68% cursaram o ensino fundamental somente em escola pública, o que segundo os autores desmitifica o “pré-conceito de que o ensino técnico da rede federal de educação profissional e tecnológica é elitista”.

Handfas (2008) pesquisou o perfil sócio-econômico dos alunos da Escola Técnica Estadual República (ETE República), no Rio de Janeiro, onde 65% das famílias entrevistadas apresentava faixa salarial entre 3 e 8 salários mínimos, caracterizando-se do ponto de vista econômico como famílias de classe média. Nesta pesquisa, quando questionados qual o motivo que levou a escolha da ETE República, 80% apontaram como principal motivo da escolha o fato de ser uma escola técnica. “Esses dados podem indicar que a escolha por uma escola técnica atenderia as expectativas desses alunos por uma trajetória escolar finalizada no ensino médio, mas ao mesmo tempo, com uma certificação que possa lhe fornecer melhores condições de disputar um posto de trabalho com exigências de maior qualificação”, afirma Handfas (2008, p 221).

Em relação ao gênero dos alunos que ingressam no IFES – campus Alegre ocorre uma diferença entre os dois cursos técnicos, no curso de Agropecuária a maioria dos alunos é do sexo masculino e da Agroindústria do sexo feminino. O campo de trabalho agropecuário carrega um estigma de ser um trabalho desqualificado, pois na sua origem foi caracterizado como uma atividade de manutenção da vida (BONFIM E GUERRA, 2006, p.3). Foi chamada de agricultura familiar ou de subsistência por ser conduzida de forma bastante rudimentar. Segundo os autores, o setor do agronegócio é o que mais cresce no Brasil contribuindo para elevação do superávit comercial, o que melhora a imagem criada pelas pessoas em relação à agricultura. Bonfim e Guerra fizeram uma análise de como se

procedem as relações de gênero na educação profissional de nível técnico, com habilitação em agropecuária, da rede federal no estado do Piauí e concluíram: “Visto como um trabalho desqualificado por alguns sujeitos (feito pelos pobres e pelos menos escolarizados), a agropecuária ainda é concebida como uma atividade essencialmente masculina por outros, apesar do significativo aumento da participação feminina na área.”(BONFIM E GUERRA, 2006, p.4)

Segundo Carvalho, Feitosa e Silva (2009, p 95) “A dicotomia que determina características opostas para homens e mulheres traz uma série de implicações para as relações de gênero que se manifestam de maneira desigual e possibilitam a dominação masculina. Uma das áreas em que se observa claramente esta desigualdade é a tecnológica. Esta é uma área vista como um universo masculino, em que as mulheres têm tido pouca ou nenhuma participação. É uma representação que se formou ao longo da história da sociedade ocidental capitalista e que marcou as relações de gênero de forma a excluir as mulheres da produção e da apropriação do conhecimento tecnológico.”

Em relação à declaração de cor/raça feita pelos alunos, como exigência do Censo Escolar, a maioria se declara da cor branca nos dois cursos técnicos em questão, Agropecuária e Agroindústria. Durante o levantamento dos dados, pode-se perceber que nem sempre a cor declarada é verdadeira, fato observado nas fotos da ficha de cada aluno. Segundo Rocha e Rosemberg (2007) existe uma dificuldade em definir que é branco, negro e indígena no Brasil, pois a classificação racial não é muito “objetiva”. Não existe uma legislação racial segregacional nem sistema de classificação racial legal e baseado na origem como ocorre nos Estados Unidos. Os autores ainda afirmam que: “A especificidade da classificação racial brasileira, como também a de alguns países latino-americanos, decorre de se assentar na aparência e não na ascendência.” (ROCHA E ROSEMBERG, 2007, p 762). Para Guimarães (1999, p 43) a especificidade de classificação racial brasileira “..conduziu a que certos autores considerem que no Brasil não se pode falar em grupos raciais, mas sim em “grupos de cor” É neste sentido que Oracy Nogueira (apud ROCHA E ROSEMBERG, 2007, p.763), aponta, entre nós, não a ocorrência “preconceito de origem” (raça/ascendência), mas “preconceito de marca” construído com base em marcadores de aparência. De acordo com Carvalho (2005) a dificuldade em declarar a cor por crianças e adolescentes “apontam claramente a identificação racial como um processo social construído ao

longo da vida, que não decorre de uma percepção’ imediata de dados naturais” por isso as instruções oficiais (BRASIL, 2005) para crianças e adolescentes com menos de 16 anos, a declaração de cor/raça deveria ser efetuada pelos pais ou responsáveis.

Segundo uma funcionária da Secretaria do IFES, essa autoclassificação de cor acaba mudando no final do terceiro ano do ensino médio em razão do sistema de cotas para ingresso nas Universidades públicas. Essa é uma das razões que o debate acerca da classificação racial no Brasil tem ganhado maior destaque nos últimos anos. Assim, a situação se inverte, o percentual de alunos que se declaram pardos, negros ou indígenas aumenta.

A maior parte dos alunos do IFES – Alegre moram no município de Alegre que fica a 8 km da instituição. Os alunos têm então uma boa opção de escolha para cursar o ensino médio: escola gratuita, com ensino técnico integrado, alimentação, transporte da prefeitura associados a ensino de qualidade, por isso a grande quantidade de alunos deste município. Essa opção se estende aos alunos dos municípios próximos, como Jerônimo Monteiro e Guaçuí e até municípios de outros Estados como Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Conclusão:

As informações obtidas no levantamento de dados a respeito dos alunos do primeiro ano do ensino médio do IFES – Alegre mostram que a maioria é oriunda do ensino fundamental público, o que não representa o perfil elitista atribuído ensino médio cursado em instituições Federais.

A escola representa uma boa opção de escolha para os estudantes do município de Alegre e outros próximos, pois estes alunos representam grande parte do corpo discentes da instituição.

Apesar do levantamento de dados ter sido restrito aos alunos no primeiro ano do ensino médio, pode-se caracterizar o perfil desse grupo e que pode ser usado como base na elaboração de projetos e eventos a serem realizados durante o ano letivo nessa escola.

Referências:

AKKARI, A . J. Desigualdades Educativas Estruturais no Brasil: Entre Estado, Privatização e Descentralização in **Educação & Sociedade**, volume 22 ano XXII, numero 74, abril/2001 p 163 a 189

BONFIM M.C.A , GUERRA O.F. O Ensino Agrícola e a Inserção de Mulheres e Homens no Mundo do Agronegócio. 2006. Disponível em: <http://www.ufpi.edu.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/eventos/2006.gt16/GT16_2006_09.PDF>. Acesso em:

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº9394/96 Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>> Acesso em 6 jul 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Mostre sua raça, declare sua cor.** Brasília. Diretoria de Estatísticas da Educação Básica, 2005.

CARVALHO, M.G. , FEITOSA, S. , SILVA, V.C. Relações de Gênero entre Alunos e Alunas em uma Instituição de Educação Tecnológica Brasileira In **Revista Tecnologia e Sociedade**, no.3, p.87-135, Paraná, 2009

CARVALHO, M. Quem é negro quem é branco: desempenho escolar e classificação racial dos alunos. **Rev. Bras. Edu.** Rio de Janeiro, n 28, Abril 2005.

CORDÃO, F. A. A LDB e a nova Educação Profissional. 2001. Disponível em <<http://www.senac.br/INFORMATIVO/BTS/281/boitec281b.htm>>. Acesso em 11 jul. 2011

D'ÁVILA, J. L. P. Trajetória Escolar: Investimento Familiar e Determinação de Classe. 1998. Disponível em: <http://www.seed.pr.gov.br/portals/portal/usp/segundo_trimestre/textos/hemeroteca/eds/vol19n62/eds_artigo19n62_2.pdf>. Acesso em 11 jul. 2011.

FERES, M. M.; PATRÃO, C. M. Pesquisa Nacional de Egressos dos Cursos Técnicos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica 2003-2007 Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12503&Itemid=841> Acesso em 7 jul 2011.

GUIMARÃES, A. S. A. **Racismo e anti-racismo no Brasil.** SP: Editora 34, 1999

HANDFTAS, A. O processo de escolarização dos alunos das escolas técnicas: o caso da FAETEC. 2008. Disponível em: <http://www.fe.ufrj.br/artigos/n7/numero7-13_o_processo_de_escolarizacao_dos_alunos_das_escolas_tecnicas_o_caso_da_faetec.pdf>. Acesso em: 7 de jul 2011.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Resumo Técnico – Censo Escolar 2010. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/resumos-tecnicos>> Acesso em 12 de jul 2011.

ROCHA, E.J., ROSEMBERG, F. Autodeclaração de cor e/ou raça entre escores Paulistanos. In **Cad. Pesq, São Paulo**, v.37, n132, Dezembro 2007.